



558

**PODER JUDICIÁRIO****Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco****Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo****Corte Especial****Embargos Infringentes na Ação Rescisória nº 167847-1****Embargante : Adriana Rodrigues de Paiva e Outros****Advogado : Egídio Ferreira Lima PE002113****Embargado : Estado de Pernambuco****Procurador : Flávio de Queiroz Cavalcanti****Relator : Des. Leopoldo de Arruda Raposo****Relator para Acórdão : Des. Luiz Carlos Figueiredo**

**EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS INFRINGENTES EM AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA PROCEDENTE POR MAIORIA DE VOTOS PARA RESCINDIR O JULGADO DO MS Nº 86120-5. DELIMITAÇÃO DOS EMBARGOS. VOTO DIVERGENTE (VENCIDO) PELA PROCEDÊNCIA PARCIAL DA AÇÃO RESCISÓRIA E CONSEQUENTE CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA NO MS 86120-5. QUESTÃO DE ORDEM. ALEGAÇÃO DE IMPEDIMENTO DO DES. LEOPOLDO RAPOSO EM FUNCIONAR COMO RELATOR NESTES EMBARGOS INFRINGENTES. INVOCAÇÃO DO ART. 73, II, RI/TJPE. DESCABIMENTO. APLICAÇÃO DO ART. 534, CPC, E DO ART. 164, DO RI/TJPE. RELATORIA DO ACÓRDÃO EMBARGADO QUE NÃO RECAIU SOBRE O DES. LEOPOLDO RAPOSO. AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO. QUESTÃO DE ORDEM REJEITADA POR MAIORIA DE VOTOS. MÉRITO. DECRETO Nº 14.820/91. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 32/01. DIVERGÊNCIA SOBRE A EXISTÊNCIA OU NÃO DE UM PRETENSO DIREITO LÍQUIDO E CERTO DOS EMBARGANTES, PROFESSORES DO COLÉGIO DA PMPE, NA PERCEPÇÃO DE SUAS REMUNERAÇÕES NOS MOLDES DAQUELE DECRETO 14.820/91 (COM VINCULAÇÃO PERCENTUAL AO SOLDADO DE CORONEL DA PMPE) DESDE O SEU INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO EM JANEIRO/2001 E ATÉ A ENTRADA EM VIGOR DA LCE Nº 32, EM ABRIL/2001. VIOLAÇÃO DO ACÓRDÃO RESCINDIDO AO REGIME CONSTITUCIONAL DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE PREVÊ A VEDAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE REMUNERATÓRIA, BEM COMO AO DIREITO ADQUIRIDO SOBRE REGIME REMUNERATÓRIO, A REPERCUTIR NA CARÊNCIA DO DIREITO POSTULADO. RECONHECIMENTO DA AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DOS ORA EMBARGANTES DIANTE DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI QUE EMBASARA A SUA PRETENSÃO NO MS Nº 86120-5 QUE NÃO PREJUDICA A PERCEPÇÃO DOS SEUS VENCIMENTOS (VERBA ALIMENTAR) TAIS COMO FORAM PAGOS PELA ADMINISTRAÇÃO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO/2001 A ABRIL/2001 PELA CONTRAPRESTAÇÃO DOS SEUS SERVIÇOS. EFEITOS FINANCEIROS JÁ CONSUMADOS E QUE NÃO PODEM RETROAGIR. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À VINCULAÇÃO DE REMUNERAÇÕES NO SERVIENTALISMO PÚBLICO. EMBARGOS INFRINGENTES DESPROVIDOS POR MAIORIA DE VOTOS.**

**1** – A divergência constante no voto vencido no julgamento (pela procedência) da Ação Rescisória e que ora se quer fazer prevalecer não residuiu efetivamente sobre a (in)constitucionalidade da norma legal (Decreto nº 14.820/91) invocada pelos ora embargantes como matriz do seu pretense direito líquido e certo reivindicado nos autos do MS nº 86120-5, e sim sobre a existência ou não de um pretense direito líquido e certo à percepção de suas remunerações nos moldes daquele Decreto nº



## PODER JUDICIÁRIO

### Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

#### Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

---

14.820/91 desde o seu ingresso no serviço público em janeiro/2001 e até a entrada em vigor da LCE nº 32 em abril/2001, tanto assim que o próprio voto divergente em questão fez consignar que as estipulações veiculadas na referida LCE nº 32/2001 surgiram, justamente, *"como natural decorrência da Emenda Constitucional 19/1998, a qual, dando nova redação ao artigo 37, inciso XIII, da CF/88, passou a vedar a vinculação ou equiparação 'de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público'"* (fl. 433). Frise-se, apenas a título de registro, que o processo de fiscalização das normas jurídicas é inerente ao exercício da atividade jurisdicional à qual todos nós, magistrados, estamos afetos, daí porque, uma vez constatada a violação de um julgado às normas constitucionais ou mesmo à interpretação que lhe é dada pelo Pretório Excelso, afigura-se plenamente possível e escorreita a sua rescisão (como se fez) com base no art. 485, V, CPC, em face da inafastável aplicação do princípio da supremacia da constituição em hipóteses deste jaez;

**2 -** *Data venia* os posicionamentos dos Doutos Desembargadores que julgaram o MS nº 86120-5 rescindido pela decisão ora embargada, reafirma-se a pertinência da alegada violação daquele acórdão rescindido ao regime constitucional de remuneração dos servidores públicos que prevê a vedação de vinculação a equiparação de qualquer espécie, bem como ao direito adquirido sobre regime remuneratório (37, *caput* e seus incisos X, XIII e XV, 39, § 1º, Incs. I, II e III da CF). O fundamento da violação está no fato de que do princípio da supremacia da constituição resulta o da compatibilidade vertical das normas da ordenação jurídica de um país, no sentido de que as normas de grau inferior somente valerão se forem compatíveis com as normas de grau superior, que é a Constituição. (SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 16ª. Edição. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 49.)

**3 -** Reproduzindo o que já estabelecia a Constituição anterior (art. 67 da CF/67), a Constituição em vigor proibiu a vinculação ou equiparação de vencimentos para o efeito da remuneração de pessoal no serviço público (art. 37, XIII), evitando os denominados "aumentos em cascata", onde, aumentada a remuneração de uma classe de servidores, outras classes se beneficiariam, por estarem atreladas àquela. *In casu*, a matéria da proibição de vinculação e equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público já fora amplamente debatida pelo STF, a exemplo da ADI 4009, da ADI 64, da ADI 955 e da ADI 2831, todas citadas à ocasião do voto condutor do julgado ora embargado. Portanto, atrelar a remuneração de uns servidores públicos à de outros, de forma a que a majoração dos vencimentos do grupo paradigma consubstancie aumento direto de valores da remuneração do grupo vinculado, isso é expressamente vedado pela Constituição do Brasil, sendo válido acrescentar, ainda, que o pleito defendido na ação mandamental originária invoca direito adquirido sobre regime remuneratório, argumento que não se coaduna com as peculiaridades do regime estatutário, de Direito Administrativo, que parte do pressuposto da supremacia do interesse público sobre o privado. Nesse sentido, traz-se à colação as seguintes considerações lançadas no voto condutor do acórdão ora embargado: *"Então, inconstitucionalidade é como honestidade ou gravidez. Não tem meia gravidez ou meia honestidade. Se é inconstitucional, é inconstitucional. E se não é, também não é. Não é mais ou menos inconstitucional. Nada dessas matérias que foram postas, com a devida vênia do voto do Des. Fernando Martins e do Des. Agenor Ferreira, nada disso, está em questão. Aquelas matérias de violação das leis eu as espanquei todas, uma por uma, tirei todas do ar, porque não são aceitáveis nenhum dos argumentos do Estado. Mas, viola a Constituição, sim e todo mundo diz que sim. Então, se houve violação a Constituição, não há que reserve um dia, um mês, 15 dias. Quando ela (Decreto Estadual 14.820) entrou em vigor em 1991, a Constituição era 1988 e já violava. Está comprovado, é literal disposição do art. 37 da Constituição da República. Literal*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

---

*violação a todos os julgamentos do Supremo Tribunal interpretando esse artigo. Então, se é inconstitucional, não existe no mundo jurídico, não há meio de constitucionalidade. E, é por isso que votei pela procedência integral da rescisória."* (fl. 465v/466);

**4** - Por derradeiro, ressaltem-se as considerações traçadas pelo prolator do voto condutor do acórdão ora embargado ao longo da sessão de julgamento da Ação Rescisória em referência e pelas quais se deixou claro, inclusive, tal qual aqui se reafirma, que o reconhecimento da inconstitucionalidade da lei que embasara a infrutífera pretensão dos ora embargantes naquele seu MS nº 86120-5 não prejudicava a percepção já consumada (e cujos efeitos não podem retroagir) dos seus vencimentos (verba alimentar) como foram pagos pela Administração no período de janeiro/2001 até abril/2001 em contraprestação aos seus serviços - período esse englobado, justamente, no voto de divergência do Des. Gustavo Lima que aqui se quer fazer prevalecer a pretexto de um alegado (mas inexistente) direito líquido e certo;

**5** - Embargos Infringentes desprovidos por maioria de votos.

---

**ACÓRDÃO**

---

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **Embargos Infringentes na Ação Rescisória nº 167847-1**, no qual figuram, como Embargantes, **Adriana Rodrigues de Paiva e Outros**, e, como embargado, **Estado de Pernambuco**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, em **rejeitar a Questão de Ordem** relativa ao impedimento do Des. Leopoldo Raposo em funcionar como Relator destes Embargos Infringentes, e, no mérito, igualmente por maioria de votos, em **desprover ditos Embargos Infringentes**, tudo de conformidade com os votos e notas taquigráficas em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 25 de agosto de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator para Acórdão



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

514

**EMBARGOS INFRINGENTES Nº 167847-1**

**EMBARGANTE: ADRIANA RODRIGUES DE MOURA E OUTROS**

**EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA NUNES LYRA**

**ÓRGÃO JULGADOR: CORTE ESPECIAL**

### RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Infringentes interpostos por Adriana Rodrigues de Moura e outros em face do Estado de Pernambuco, com vistas a ver prevalecer o voto proferido pelo Desembargador Revisor quando do julgamento da Ação Rescisória ajuizada pelo ora embargado.

Os embargantes, professores concursados do Colégio da Polícia Militar, obtiveram a concessão da segurança pleiteada em sede de Mandado de Segurança, no qual alegavam ilegalidade dos critérios de fixação de seus vencimentos, por inobservarem a legislação pertinente, no caso, a Lei 10.426/1990 e o Decreto nº 14280/91.

Pretendendo a desconstituição do referido acórdão, o Estado de Pernambuco ajuizou Ação Rescisória, a qual foi julgada procedente, acolhendo-se o argumento de inconstitucionalidade da vinculação do valor da hora-aula pelos professores, ora embargantes, ao soldo do Posto de Coronel da Polícia Militar.

O relator, condutor do acórdão embargado, considerou que, diante da referida inconstitucionalidade, impunha-se o afastamento da Lei 10.426/1990 e do art. 2º do Decreto 14.820/91, que permitia a vinculação da remuneração, pronunciando-se, desse modo, pela procedência da Ação Rescisória.

O voto vencido foi no sentido da procedência parcial, sustentando que até a Lei Complementar Estadual 032/2001 - que vedou a vinculação de qualquer espécie de vantagem pecuniária ao soldo dos militares - deveria ser garantida a remuneração de acordo com o previsto no Decreto 14.820/91. Vale ressaltar que o período compreendido entre a nomeação dos professores e o advento da mencionada Lei Complementar é de três meses. Desse modo, a divergência limita-se aos critérios legais que deverão servir de parâmetro para a remuneração dos embargantes durante esse período.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Em contrarrazões (fls. 475/484), o Estado de Pernambuco requereu o não provimento dos Embargos, em respeito ao Princípio da Supremacia da Constituição.

A Procuradoria de Justiça, em parecer acostado às fls. 499/507, opinou pelo provimento dos Embargos, considerando a inobservância do rito específico para a declaração de inconstitucionalidade da Lei 10.426/99 e por entender ser o caso de modulação dos seus efeitos.

Às fls. 509, o Estado atravessou petição nos autos, argüindo a necessidade de reconhecimento do impedimento desta relatoria, com fundamento no art. 73, II, do RITJPE.

É o relatório. À revisão.

Recife, 06 de fevereiro de 2014.

  
**Leopoldo de Arruda Raposo**  
**Desembargador Relator**



**Poder Judiciário**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

**EMBARGOS INFRINGENTES Nº 167847-1**

**EMBARGANTE: ADRIANA RODRIGUES DE MOURA E OUTROS**

**EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA NUNES LYRA**

**ÓRGÃO JULGADOR: CORTE ESPECIAL**

### **MÉRITO**

No mérito, entendo que devem prosperar os argumentos trazidos pelos embargantes.

Alinho-me ao parecer da Procuradoria no que se refere à aplicabilidade, na espécie, da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Entendo que o caso representa uma hipótese de seu excepcional cabimento, por razões de segurança jurídica e de interesse social.

Conforme já consignado no relatório, o voto vencido – o qual se quer ver prevalecer com os presentes embargos infringentes, foi no sentido da procedência parcial do Mandado de Segurança para que até a data da edição da Lei Complementar Estadual 032/2001 fosse garantida a remuneração de acordo com o previsto no Decreto 14.280/91.

Vale salientar que a divergência se limita ao valor da remuneração dos impetrantes durante um período de três meses que vai de suas respectivas nomeações até o advento da citada lei complementar estadual que vedou a vinculação das remunerações.

Mostra-se adequada a limitação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da norma que vinculava a remuneração dos impetrantes ao soldo do Coronel da Polícia Militar, pois, além do caráter alimentar dos valores em questão, a pretensão externada no Mandado de Segurança se deu com fundamento em lei que estava em vigor quando da posse dos embargantes no cargo de professor do Colégio da Polícia Militar, caracterizando-se, portanto, a boa-fé dos servidores em questão.

Vale mencionar que no julgamento da ADI 4009, da relatoria do Ministro Eros Grau, o Supremo Tribunal Federal se pronunciou pela inconstitucionalidade de lei que vinculava espécies remuneratórias. Houve várias discussões acerca dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, em razão da clara preocupação de que os servidores atingidos pela decisão fossem compelidos a devolver aos cofres públicos valores percebidos com



**Poder Judiciário**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

base na lei declarada inconstitucional. Na ocasião, a ministra Carmen Lúcia assim se pronunciou "concordo em votar no sentido exatamente do que foi estabelecido, de que vale a decisão da declaração de inconstitucionalidade é daqui para frente. Os seus efeitos quanto à remuneração passam a vigorar daqui, portanto, sem ter de haver devolução". Seguindo esse entendimento, terminou-se por conferir efeitos prospectivos à declaração de inconstitucionalidade, a partir da publicação do acórdão. Segue a ementa do referido julgado:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO CONJUNTO DAS ADI'S 4.009 E 4.001. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DA REQUERENTE --- ADEPOL. LEI COMPLEMENTAR N. 254, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI CONFERIDA PELA LEI COMPLEMENTAR N. 374, DE 30 DE JANEIRO DE 2007, AMBAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL. ARTIGO 106, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO CATARINENSE. LEIS COMPLEMENTARES NS. 55 E 99, DE 29 DE MAIO DE 1.992 E 29 DE NOVEMBRO DE 1.993, RESPECTIVAMENTE. VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO DE ESPÉCIES REMUNERATÓRIAS DOS POLICIAIS CIVIS E MILITARES À REMUNERAÇÃO DOS DELEGADOS. ISONOMIA, PARIDADE E EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS. JURISPRUDÊNCIA DO STF: VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 37, INCISO XIII; 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "A", E 63, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. PROIBIÇÃO DE VINCULAÇÃO E EQUIPARAÇÃO ENTRE REMUNERAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS. PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. 1. A legitimidade ad causam da requerente foi reconhecida por esta Corte em oportunidade anterior --- entidade de classe de âmbito nacional, com homogeneidade em sua representação, que congrega Delegados de Carreira das Polícias Federal, Estaduais e do Distrito Federal. 2. O objeto desta ação direta diz com a possibilidade de equiparação ou vinculação de remunerações de servidores públicos estaduais integrados em carreiras distintas. 3. A jurisprudência desta Corte é pacífica no que tange ao não-cabimento de qualquer espécie de vinculação entre remunerações de servidores públicos [artigo 37, XIII, da CB/88]. Precedentes. 4. Violação do disposto no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea a, da



**Poder Judiciário**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

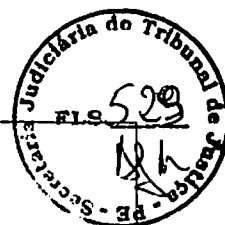
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Constituição do Brasil --- "são de iniciativa privativa do presidente da República as leis que: [...]; II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração". 5. Afronta ao disposto no artigo 63, inciso I, da Constituição do Brasil --- "não será admitido aumento de despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvados o disposto no art. 166, §§ 3º e 4º". 6. É expressamente vedado pela Constituição do Brasil o atrelamento da remuneração de uns servidores públicos à de outros, de forma que a majoração dos vencimentos do grupo paradigma consubstancie aumento direto dos valores da remuneração do grupo vinculado. 7. Afrontam o texto da Constituição do Brasil os preceitos da legislação estadual que instituem a equiparação e vinculação de remuneração. 8. Ação direta julgada parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade: [i] do trecho final do § 3º do artigo 106 da Constituição do Estado de Santa Catarina: "de forma a assegurar adequada proporcionalidade de remuneração das diversas carreiras com a de delegado de polícia"; [ii] do seguinte trecho do artigo 4º da LC n. 55/92 "[...], assegurada a adequada proporcionalidade das diversas carreiras com a do Delegado Especial"; [iii] do seguinte trecho do artigo 1º da LC 99: "mantida a proporcionalidade estabelecida em lei que as demais classes da carreira e para os cargos integrantes do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil"; e, [iv] por arrastamento, do § 1º do artigo 10 e os artigos 11 e 12 da LC 254/03, com a redação que lhe foi conferida pela LC 374, todas do Estado de Santa Catarina. 9. Modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade. Efeitos prospectivos, a partir da publicação do acórdão. 10. Aplicam-se à ADI n. 4.001 as razões de decidir referentes à ADI n. 4.009.

(ADI 4009, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 04/02/2009, DJe-099 DIVULG 28-05-2009 PUBLIC 29-05-2009 EMENT VOL-02362-05 PP-00861)

Sobre o tema, vale ainda expor o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:





**Poder Judiciário**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM TESE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ALEGAÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO. Acórdão que prestigiou lei estadual a revelia da declaração de inconstitucionalidade desta última pelo Supremo. Subsistência de pagamento de gratificação mesmo após a decisão erga omnes da corte. Jurisprudência do STF no sentido de que a retribuição declarada inconstitucional não é de ser devolvida no período de validade inquestionada da lei de origem - mas tampouco paga após a declaração de inconstitucionalidade. Recurso extraordinário provido em parte.  
(RE 122202, Relator(a): Min. FRANCISCO REZEK, Segunda Turma, julgado em 10/08/1993, DJ 08-04-1994 PP-07243 EMENT VOL-01739-05 PP-00945)

Assim, voto pelo provimento dos presentes embargos infringentes, fazendo prevalecer o entendimento manifestado no voto do Desembargador Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, no julgamento da Ação Rescisória.

Recife,

Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Corte Especial

Embargos Infringentes na Ação Rescisória nº 167847-1

Embargante : Adriana Rodrigues de Moura e Outros

Advogado : Egídio Ferreira Lima PE002113

Embargado : Estado de Pernambuco

Procurador : Flávio de Queiroz Cavalcanti

Relator : Des. Leopoldo de Arruda Raposo

Revisor : Des. Luiz Carlos Figueiredo

**Voto de revisão**

04

Cuida-se de Embargos Infringentes em razão do acórdão não unânime lavrado pela minha Relatoria perante este órgão colegiado em sede de Ação Rescisória nº 167847-1, cujo julgamento, por maioria de votos, se deu pela procedência do pedido rescisório aventado, ante o reconhecimento de que o julgado rescindido e prolatado no MS nº 86120-5 impetrado pelos ora embargados violou as regras constitucionais de vedação tanto da vinculação a equiparação de qualquer espécie, quanto do direito adquirido sobre regime remuneratório (37, *caput* e seus incisos X, XIII e XV, c/c art. 39, § 1º, incs. I, II e III, todos da CF/88).

Em suas razões recursais, pretendem os embargantes fazer prevalecer, em detrimento à total procedência que se deu àquela Ação Rescisória, o voto vencido do nobre Des. Gustavo Lima ali lançado no exercício da atividade revisional (compartilhado pelos Desembargadores Agenor Ferreira de Lima, Eduardo Sertório e Fernando Martins) e pelo qual se dava parcial provimento ao pedido rescisório veiculado, no sentido de lhes conceder parcialmente a segurança postulada para assegurar o direito ao pagamento da hora-aula em 4% (quatro por cento) do valor do soldo de comandante da PMPE, nos moldes do Decreto nº 14.820/91, até a entrada em vigor da Lei Complementar nº 32/01.

Questão de ordem:

De logo, cuido em destacar que não vislumbro nenhum óbice legal ou procedimental capaz de impedir a atuação do nobre Desembargador Leopoldo Raposo como Relator destes Embargos Infringentes ou mesmo em participar do seu julgamento, eis que, além da inteligência do art. 534, CPC, se sobrepor à regra geral da norma regimental (art. 73, II, RI/TJPE) invocada pelo Estado de Pernambuco naquele seu petítório de fl. 509, é certo que o presente recurso não desafia o julgamento proferido no MS nº 86120-5 cujo acórdão fora da sua lavra, mas sim aquele julgado realizado nos autos da subsequente Ação Rescisória nº 167847-1 que terminou por rescindir dito *decisum* sob a minha própria Relatoria.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

É um fato que visto isoladamente o dispositivo regimental antes apontado induz ao equívoco perpetrado pelo insigne relator.

Ocorre que ao caso se aplica o comando do art. 164, v do RITJPE, que melhor se harmoniza com a lei processual.

As notórias deficiências redacionais do RITJPE, com conflito aparente de normas, pela contradição de dispositivos distintos, de fato dificultam a percepção daquele comando adequado a cada caso concreto.

Nesse sentido, igualmente ressalto, por cautela, que também não remanesce nenhum óbice contra a minha pessoa em atuar como Revisor nestes Embargos Infringentes, eis que a redação do art. 164, VII, do RI/TJPE, é bastante clara ao disciplinar que *"a vedação à atuação do relator do acórdão embargado na relatoria do recurso (embargos infringentes), ainda que como substituto do novo relator sorteado, não se estende à sua atuação como revisor"* (grifei).

Por tais razões, rejeito a questão de ordem suscitada e, adentro no exame do mérito recursal.

Como é cediço, em se tratando de desacordo parcial do julgado, tal qual ocorreu no caso em apreço, os Embargos Infringentes serão restritos à matéria objeto da divergência (art. 530, parte final, CPC).

Sendo assim, de logo cuido em apontar como descabida qualquer arguição pertinente à sugerida ofensa meramente reflexa do acórdão rescindido às normas constitucionais que assim tornasse incapaz a invocação do art. 485, V, do CPC, no julgamento da Ação Rescisória nº 167847-1.

Isso porque, a divergência constante no voto ali prolatado pelo Des. Gustavo Lima e que ora se quer fazer prevalecer não residiu efetivamente sobre a (in)constitucionalidade da norma legal (Decreto nº 14.820/91) invocada pelos ora embargados como matriz do seu pretenso direito líquido e certo reivindicado nos autos do MS nº 86120-5, e sim sobre a existência ou não de um pretenso direito líquido e certo à percepção de suas remunerações nos moldes daquele Decreto nº 14.820/91 desde o seu ingresso no serviço público em janeiro/2001 e até a entrada em vigor da LCE nº 32 em abril/2001, tanto assim que o próprio voto divergente em questão fez consignar que as estipulações veiculadas na referida LCE nº 32/2001 surgiram, justamente, *"como natural decorrência da Emenda Constitucional 19/1998, a qual, dando nova redação ao artigo 37, inciso XIII, da CF/88, passou a vedar a vinculação ou equiparação 'de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público'"* (fl. 433).

A esse respeito, bem cuidei em delimitar os contornos daquela divergência durante a sessão de julgamento da Ação Rescisória nº 167847-1 perante este mesmo órgão colegiado fracionário:

*"O raciocínio de Vossa Excelência (Des. Gustavo Lima) e do MP leva-nos, objetivamente, ao seguinte raciocínio: entre janeiro de 2001 e abril de 2001, que foi o período em que eles entraram no serviço e o período que entrou em vigor a Lei Complementar nº 32, nesse interregno, janeiro a fevereiro, fevereiro*



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo



*a março, março a abril, eles fariam jus aos 4% do soldo de coronel em cada hora-aula. Antes não, porque não integravam o quadro, pós não, por força da nova lei.*

*E eu digo que nem nesses três meses eles têm direito, por que? Porque a ofensa é constitucional e se a ofensa é constitucional, é irrelevante que tenha um período a, b ou c. Quando a Lei entrou em vigor a Constituição da República já vedava. O Supremo já interpretou vedando essa vinculação.*

*Mas, estamos muito próximos, a divergência é noventa dias.” (fl. 459)*

Acerca desse tema, frise-se, por derradeiro, e apenas a título de registro, que o processo de fiscalização das normas jurídicas é inerente ao exercício da atividade jurisdicional à qual todos nós, magistrados, estamos afetos, daí porque, uma vez constatada a violação de um julgado às normas constitucionais ou mesmo à interpretação que lhe é dada pelo Pretório Excelso, afigura-se plenamente possível e escorreita a sua rescisão com base no art. 485, V, CPC, em face da inafastável aplicação do princípio da supremacia da constituição em hipóteses deste jaez.

Bem estabelecida a delimitação do objeto destes Embargos Infringentes, mantenho-me firme e coerente ao posicionamento que adotei no voto condutor do acórdão ora embargado.

Com efeito, *data venia* os posicionamentos dos Doutos Desembargadores que julgaram o MS nº 86120-5 rescindido pela decisão ora embargada, reafirmo a pertinência da alegada violação daquele acórdão rescindido ao regime constitucional de remuneração dos servidores públicos que prevê a vedação de vinculação a equiparação de qualquer espécie, bem como ao direito adquirido sobre regime remuneratório (37, *caput* e seus incisos X, XIII e XV, 39, § 1º, incs. I, II e III da CF).

O fundamento da violação está no fato de que do princípio da supremacia da constituição resulta o da **compatibilidade vertical** das normas da ordenação jurídica de um país, no sentido de que as normas de grau inferior somente valerão se forem compatíveis com as normas de grau superior, que é a Constituição. (SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 16ª. Edição. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 49.)

Reproduzindo o que já estabelecia a Constituição anterior (art. 67 da CF/67), a Constituição em vigor proibiu a vinculação ou equiparação de vencimentos para o efeito da remuneração de pessoal no serviço público (art. 37, XIII), evitando os denominados “aumentos em cascata”, onde, aumentada a remuneração de uma classe de servidores, outras classes se beneficiariam, por estarem atreladas àquela.

O doutrinador José Afonso da Silva conceitua a distinção entre vinculação de remuneração e outros institutos previstos no texto constitucional, relativos à remuneração dos servidores públicos, da seguinte maneira:



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

---

*"(...) 'Vinculação' é relação de comparação vertical, diferente da equiparação, que é relação de comparação horizontal. Vincula-se um cargo inferior – isto é, de menores atribuições e menor complexidade – com outro superior, para efeito de retribuição, mantendo-se certa diferença de vencimentos entre um e outro, de sorte que, aumentando-se os vencimentos de um, os do outro também ficam automaticamente majorados, para guardar a mesma distância preestabelecida.*

*Os regimes jurídicos desses institutos são, por isso mesmo, diametralmente opostos. **A isonomia, em qualquer de suas formas, incluídas nela a paridade, é uma garantia constitucional e um direito do funcionário, ao passo que a vinculação e a equiparação de cargos, empregos ou funções, para efeito de remuneração, são vedadas pelo art. 37, XIII.** É isso que o texto quer dizer na sua redação defeituosa. De fato, o dispositivo veda vinculação ou equiparação de quaisquer remuneração de pessoal do serviço público, quando, na verdade, o que se veda é a vinculação ou equiparação de cargos, empregos ou funções para efeitos de remuneração. E assim é que deve entender-se o dispositivo." (grifos nossos) (DA SILVA, José Afonso. Comentário Contextual à Constituição. Editora Malheiros, São Paulo, 2005. PP 341/342)*

Pontuo que, se a lei violada for uma norma constitucional, haverá tal violação quando a decisão rescindenda tiver destoado da interpretação dada àquela norma pelo Supremo Tribunal Federal.

*In casu*, a matéria da proibição de vinculação e equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público já fora amplamente debatida pelo STF, a exemplo da ADI 4009, da ADI 64, da ADI 955 e da ADI 2831, todas citadas à ocasião do voto que prolatei e serviu de condutor ao julgado ora embargado.

Portanto, atrelar a remuneração de uns servidores públicos à de outros, de forma a que a majoração dos vencimentos do grupo paradigma consubstancie aumento direto de valores da remuneração do grupo vinculado, isso é expressamente vedado pela Constituição do Brasil, sendo válido acrescentar, ainda, que o pleito defendido na ação originária invoca direito adquirido sobre regime remuneratório, argumento que não se coaduna com as peculiaridades do regime estatutário, de Direito Administrativo, que parte do pressuposto da supremacia do interesse público sobre o privado.

Nesse sentido, trago à colação as seguintes considerações que lancei durante a sessão de julgamento que culminou com a lavratura do acórdão ora embargado, as quais aqui reafirmo, por coerência e convicção, na resolução deste novo recurso intentado pelos particulares:

*"Então, inconstitucionalidade é como honestidade ou gravidez. Não tem meia gravidez ou meia honestidade. Se é inconstitucional, é inconstitucional. E se não é, também não é. Não é mais ou menos inconstitucional. Nada dessas matérias que foram postas, com a devida vênia do voto do Des. Fernando*

---



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

*Martins e do Des. Agenor Ferreira, nada disso, está em questão. Aquelas matérias de violação das leis eu as espanquei todas, uma por uma, tirei todas do ar, porque não são aceitáveis nenhum dos argumentos do Estado. Mas, viola a Constituição, sim e todo mundo diz que sim.*

***Então, se houve violação a Constituição, não há que reserve um dia, um mês, 15 dias. Quando ela (Decreto Estadual 14.820) entrou em vigor em 1991, a Constituição era 1988 e já violava. Está comprovado, é literal disposição do art. 37 da Constituição da República. Literal violação a todos os julgamentos do Supremo Tribunal interpretando esse artigo.***

*Então, se é inconstitucional, não existe no mundo jurídico, não há meio de constitucionalidade. E, é por isso que votei pela procedência integral da rescisória." (fl. 465v/466) (grifei)*

Por derradeiro, e a fim de arrematar este meu voto, trago igualmente à colação outras considerações que tracei ao longo da sessão de julgamento da Ação Rescisória em referência e pelas quais deixei claro, inclusive, que o reconhecimento da inconstitucionalidade da lei que embasara a pretensão dos ora embargantes naquele seu MS nº 86120-5 não prejudicava a percepção dos seus vencimentos tais quais foram pagos pela Administração no período de janeiro/2001 até abril/2001 em contraprestação aos seus serviços – período esse englobado, justamente, no voto de divergência do Des. Gustavo Lima que aqui se quer fazer prevalecer a pretexto de um alegado (mas inexistente) direito líquido e certo:

***"Mandado de segurança não é contra lei em tese. O mandado de segurança foi quando cortaram no salário. Não é contra lei, mas, em decorrência de; primeiro reparo. O segundo reparo é que ninguém cogita, até porque haveria precluído o direito, de se falar que eles receberam a mais entre esse interregno de janeiro a abril (de 2001). Receberam aquilo que a lei da época dizia e ninguém vai devolver nada. Se houve serviço, o salário é devido. A única lei da época que tinha era esta. A lei era inconstitucional. Sim. Mas, a prestação do serviço foi feita sob esta ótica e eles perceberam essa remuneração a luz dos 4%. Durante esse período eles receberam e era para receber mesmo, não tinha outro paradigma de percepção vencimental, só tinha esse mesmo."***  
(fl. 463) (grifei)

Ante todo o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** aos Embargos Infringentes manejados por Adriana Rodrigues de Moura e Outros, mantendo-se incólume o acórdão ora embargado.

É como voto.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Revisor**



538

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

CORTE ESPECIAL – 05.05.2014  
EMBARGOS INFRINGENTES NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 167847-1  
COMARCA: RECIFE  
EMBARGANTES: ADRIANA RODRIGUES DE MOURA E OUTROS  
EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO  
RELATOR: DESEMBARGADOR LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
REVISOR: DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO

RELATÓRIO ÀS FLS. 514/515 DOS AUTOS.

---

QUESTÃO DE ORDEM

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Pois não.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Foi impetrado um mandado de segurança, por parte dos embargantes. Este mandado de segurança foi concedido e eu fui quem lavrou o Acórdão no mandado de segurança. Contra esse julgado foi requerida a ação rescisória. Essa ação rescisória foi julgada procedente, por maioria. Não fui eu quem lavrou o Acórdão nos autos da ação rescisória, mas eu participei do julgamento.

O art. 73 do Regimento Interno, Inciso II, estabelece o seguinte:

*"Art. 73 - Não poderão servir como relator:*

*(...)*

*II - nos recursos e nas ações rescisórias, salvo norma legal ou regimental em contrário, juiz que tiver proferido a decisão recorrida ou rescindenda, ou dela participado;"*

Então, eu participei do julgamento da ação rescisória, razão pela qual, Senhor Presidente, entendo que o pedido formulado na petição da Procuradoria do Estado deve ser acolhido no sentido de reconhecer o meu impedimento para ser Relator dos presentes embargos infringentes. Até porque o art. 524 do Código de Processo prevê a possibilidade no sentido de que o Relator recaia, preferencialmente, sobre magistrado que não tenha participado do Acórdão.

1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

É a regra contida no art. 534 do CPC.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Certo. Então, contém norma específica quanto à distribuição dos embargos infringentes, estabelecendo que: *caso a norma regimental determine a escolha de novo relator, esta recairá, se possível, em juiz que não haja participado do julgamento anterior.*

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Se possível.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Então, Senhor Presidente... (interrompido)

---

DOUTORA LUCIANA URQUIZA FERREIRA LIMA DE ARAÚJO

Um esclarecimento, Presidência, por favor.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Pois não.

---

DOUTORA LUCIANA URQUIZA FERREIRA LIMA DE ARAÚJO

A arguição de impedimento foi feita, atravessou-se nos autos uma mera petição, não obedeceu ao meio utilizado, que seria a exceção de impedimento... (interrompida)

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Mas, impedimento é matéria de ordem pública sobre a qual as partes não têm o poder de dispor, a norma que tutela interesse público, que fulmina a nulidade o próprio julgamento. Então, é matéria cognoscível, inclusive, de ofício, Doutora. Mas, obrigado pela intervenção, ainda assim.

---





539

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Senhor Presidente, então, entendo que deve ser distribuído a novo Relator.

---

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Desembargador Presidente, a regra invocada pelo eminente Desembargador Relator... (interrompido)

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Presidente, acho que eu deveria me manifestar antes porque sou Revisor.

---

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Desculpe.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Mas, Vossa Excelência dá a sua contribuição também, não é?

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Fique a vontade.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Desembargador Luiz Carlos, então, na condição de Revisor, deseja se pronunciar a respeito do declarado impedimento do Relator?

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Tenho uma posição completamente divergente da posição de Sua Excelência, o Desembargador Leopoldo Raposo. Se alguém fosse, simplesmente, ler o art. 73 do Regimento Interno, assim entenderia. Mas, se eu for ao art. 534 do Código de Processo Civil, vou verificar o "se possível".

E, digo até mais: todos nós aqui, ou pelo menos a maioria esmagadora, participamos do julgamento da ação rescisória. Então, ao pé da letra daquele dispositivo, nenhum de nós poderia julgar esse embargo infringente aqui.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Vossa Excelência me permite um aparte?

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Por favor, Desembargador, Vossa Excelência desenvolveu o seu raciocínio sem que eu o interrompesse, embora dele divergisse.

Então, acho que, efetivamente, o Desembargador Leopoldo Raposo só participou do mandado de segurança, quando foi Relator... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Não. Participei da ação rescisória.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Participou, insisto, como todos nós participamos do julgamento da rescisória. Teria que convocar outra Corte Especial se esse raciocínio de Sua Excelência prevalecer.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Não necessariamente.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Desembargador, por favor, eu deixei Vossa Excelência falar.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Pois não, Desembargador.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Só porque estou divergindo de Vossa Excelência? Então, o que está em jogo é que o Código de Processo Civil, foi lido o teor do art. 534, eu que fui o Relator da rescisória, muito mais razão teria porque não só participei do julgamento da



540

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

rescisória, como fui o Relator; mas, fui buscar respaldo para poder continuar a officiar porque, quando você vai ao art. 164, VII, do Regimento Interno, diz lá:

*"VII - a vedação à atuação do relator do acórdão embargado na relatoria do recurso, ainda que como substituto do novo relator sorteado, não se estende à sua atuação como revisor."*

Então, eu não poderia ser Relator do embargo infringente, mas posso ser Revisor.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Sem dúvida.

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Expressamente. Não poderia ser Relator. Se eu posso ser Revisor, entenda-se: posso participar do julgamento. Não só participo do julgamento, como participo do julgamento num patamar diferenciado como Revisor. Se prevalecer esse entendimento deste impedimento, nenhum de nós, porque todos participamos do julgamento. Então, se a norma regimental invocada prevalecer sobre o art. 534, teremos que constituir uma outra Corte Especial, por inteiro, para processar esse julgamento. Por isso divirjo de Sua Excelência.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Pois não, Desembargador, entendo. Agora, a regra do art. 534, diz assim:

*"Art. 534. Caso a norma regimental determine a escolha de novo relator, esta recairá, se possível, em juiz que não haja participado do julgamento anterior."*

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Se possível. Se ele quer se dar por suspeito, é um direito dele.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Vossa Excelência me permite? No caso, Senhor Presidente, é possível adotar-se a regra do Código de Processo porque alguns Desembargadores desta Corte não participaram do julgamento da rescisória.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Da rescisória, praticamente todos, Desembargador.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Basta que um não tenha participado, essa possibilidade existiria. E o art. 534 não fala em Revisor, ele fala expressamente na figura do Relator.

---

**DOUTOR HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA (PROCURADOR DO ESTADO)**

Senhor presidente, permita esclarecer o fato.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Pois não.

---

**DOUTOR HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA (PROCURADOR DO ESTADO)**

Agradeço. É só para esclarecer um fato. A Procuradoria do Estado suscitou impedimento, como Relator, do Excelentíssimo Desembargador Leopoldo Raposo não por ele ter participado da ação rescisória, mas, em verdade, por ele ter sido o autor do Acórdão rescindendo. O mandado de segurança foi, originalmente, distribuído ao saudoso Desembargador Nelson Santiago, que terminou vencido por divergência aberta pelo Doutor Leopoldo. Então, não se trata, no meu ver, do CPC, mas na regra do Regimento, art. 73, II, que tem matriz constitucional, o Tribunal se organiza.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Obrigado, Doutor.

Alguém deseja mais se pronunciar? O Desembargador José Fernandes que já se manifestou.

---

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS**

A pergunta que eu iria fazer era exatamente as pessoas que participaram porque, com a enumeração delas, praticamente a maioria estaria também impedida.

---



541

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Mas, impedido para ser Relator. Então, pode incidir a relatoria em magistrado que não participou da ação rescisória. E, essa possibilidade é verdadeira.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

A secretaria tem como informar quem participou desse julgamento da ação rescisória?

---

DOUTOR CARLOS GONÇALVES (SECRETÁRIO JUDICIÁRIO)

Qual foi a data do julgamento?

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Desembargador Leopoldo, tem a data do julgamento da ação rescisória? Porque se essa composição tiver apenas um julgador que não tenha participado, dar-se a possibilidade de que trata o art. 534 do CPC. Aí seria redistribuído para esse julgador integrante da Corte.

---

DOUTOR HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA (PROCURADOR DO ESTADO)

Foi em fevereiro de 2013.

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Fevereiro de 2013. Acho que todos que estão aqui participaram, exceto o Desembargador Fernando Martins.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Desembargador Leopoldo, há notícia de que os autos estão com Vossa Excelência, no gabinete. É importante saber, porque com a data do julgamento, nós teríamos como verificar quem participou.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Senhor Presidente, pelo mês – fevereiro de 2013, a pauta não puxaria o número do processo, não? Facilitaria?

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Exatamente. Pelo sistema.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Pelo sistema não tem como puxar isso?

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA

Senhor Presidente, fazendo uma leitura do art. 534 do CPC combinado com o art. 164, inciso V, do Regimento Interno, nós extraímos a seguinte norma do diálogo entre o CPC e o Regimento Interno:

*“V – quando o acórdão for oriundo da Corte Especial, de Grupo de Câmaras Cíveis ou do Grupo de Câmaras de Direito Público, à distribuição livre no acervo da Corte Especial não concorrerá o relator do acórdão embargado”*

Então, a única restrição no Regimento é que o Relator do Acórdão embargado não poderá ser Relator dos embargos infringentes; mas, poderá participar perfeitamente do julgamento.

O fato do Desembargador Leopoldo ter sido Relator do mandado de segurança, isso não o impede nem o torna suspeito de ser Relator dos embargos infringentes.

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

O único impedido seria eu.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA

E todos nós que participamos da ação rescisória podemos perfeitamente participar do julgamento dos embargos infringentes.

---



542

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Concordo com a interpretação de Vossa Excelência apenas no que diz respeito ao art. 73, Inciso II, do Regimento, é que, quando cotejado com o art. 534, parece indicar o impedimento do Desembargador Leopoldo.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Como Relator.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Como Relator. Como é que diz o art. 73, Desembargador Leopoldo, Inciso II, do Regimento?

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

A interpretação dada pelo Desembargador Leopoldo não é desarrazoada, não.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Acho que ele não pode funcionar como Relator.

---

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Senhor Presidente, está na tela. O art. 73 diz:

*"Art. 73 - Não poderão servir como relator:*

*(...)*

*II - nos recursos e nas ações rescisórias, salvo norma legal ou regimental em contrário, juiz que tiver proferido a decisão recorrida ou rescindenda, ou dela participado;"*

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Desembargador Agenor, Vossa Excelência me permite? A consulta deve ser em termos do art. 534 do CPC combinado com o art. 164, Inciso V,... (interrompido)

9



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA

Que é o capítulo específico dos embargos infringentes. É a norma particular que tem supremacia sobre a norma penal.

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

O Desembargador Leopoldo se baseou no art. 73. Se fosse esse o dispositivo, ele estaria certo.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Pediria só que fosse procedida a leitura do art. 164, V.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

*“§ 1º Admitidos os embargos infringentes, observar-se-á o seguinte:*

*V - quando o acórdão for oriundo da Corte Especial, de Grupo de Câmaras Cíveis ou do Grupo de Câmaras de Direito Público, à distribuição livre no acervo da Corte Especial não concorrerá o relator do acórdão embargado”*

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Eu. Mas, no inciso VI, diz que eu posso ser o Revisor.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Mas, o art. 73 já estabelece... (interrompido)

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA

Permita-me, Desembargador. Vossa Excelência está no capítulo específico de embargos infringentes. É a norma particular. A primazia da regra particular sobre a regra geral.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA

Presidente, um detalhe.

---





543

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Pois não.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA

Essa norma foi acrescida ao nosso Regimento pela Resolução nº 368, de 25.11.2013. Se a distribuição foi anterior.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA

Foi da última reforma do Regimento.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA

Foi de 2013.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Foi anterior. É uma questão temporal.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA

Não. Norma do regimento se aplica imediatamente aos processos em curso.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA

Sim. Mas, se Sua Excelência tiver lançado o relatório antes? O relatório não é anterior, não?

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA

Não. O julgamento dessa ação rescisória faz tempo que aconteceu.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA

Não. Desembargador Jorge, digo dos embargos. Deste feito que estamos para julgar, onde foi arguido o impedimento. Quando foi que Sua Excelência, o Desembargador Leopoldo, lançou o relatório?

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Os autos não estão aqui.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

A mim me parece que não há um conflito de normas, o sistema é unitário e está harmônico. É que o art. 73, II, do Regimento, como enfatiza o Desembargador Pereira de Lira e o Desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, essa regra se aplica à hipótese do mandado de segurança para o julgamento da ação rescisória. Mas, no caso concreto, nós estamos a tratar da questão do julgamento dos embargos infringentes manejados contra Acórdão proferido em ação rescisória. E, aí, como realça o Desembargador Pereira de Lira, nós dispomos de lei específica neste caso, que seria o art. 164, V, do Regimento Interno. Se entendi bem.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Mas, esse artigo, Senhor presidente, não se aplica porque a relatoria questionada foi fixada em setembro de 2013, quando ainda não vigorava este regramento do art. 164, § 1º, V.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Mas, a norma regimental tem aplicação imediata, Desembargador, em ordem a alcançar todos os processos pendentes de julgamento.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

E não é no momento da fixação da... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

O meu entendimento coincide, neste particular, com o do Desembargador Pereira de Lira. Acho que aplica-se... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Desembargador Leopoldo, Vossa Excelência já está com o relatório, já está com o voto.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Bom, eu estou com o voto.

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Se é que o Desembargador não admite, vamos coletar votos.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Vossa Excelência tem o voto, Desembargador?

Nós poderíamos, então, deixarmos para julgar esse processo na próxima sessão. Não é melhor assim? Então, pronto, o processo será julgado na próxima sessão, com as devidas escusas aos interessados.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

E, quanto ao impedimento, então, fica por decidido?

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Na próxima sessão nós deliberaremos sobre isso.

---

DECISÃO:

"SUSPENSO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 05.05.14, APÓS A SUSCITAÇÃO DO IMPEDIMENTO DO EXMO. DES. RELATOR FORMULADO PELA DRª LUCIANA URQUIZA FERREIRA LIMA DE ARAÚJO OAB/PE 18987 E O PROCURADOR DO ESTADO DRº HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA. AUSENTE, JUSTIFICADAMENTE, O EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO."

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**CORTE ESPECIAL – 25.08.2014**

**EMBARGOS INFRINGENTES NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 167847-1**

**COMARCA: RECIFE**

**EMBARGANTES: ADRIANA RODRIGUES DE MOURA E OUTROS**

**EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DESEMBARGADOR LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**REVISOR: DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO**

---

SUSPENSO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 05.05.14, APÓS A SUSCITAÇÃO DO IMPEDIMENTO DO EXMO. DES. RELATOR FORMULADO PELA DR<sup>a</sup> LUCIANA URQUIZA FERREIRA LIMA DE ARAÚJO OAB/PE 18987 E O PROCURADOR DO ESTADO DR<sup>o</sup> HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA. AUSENTE, JUSTIFICADAMENTE, O EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO.

---

RELATÓRIO ÀS FLS. 514/515 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Vossa Excelência pretende fazer alguma sustentação? Já foi feita na sessão anterior, não foi?

---

DOUTORA LUCIANA URQUIZA FERREIRA LIMA DE ARAÚJO – OAB/PE Nº 18987 (ADVOGADA DOS EMBARGANTES)

Não. Na verdade, eu iria fazer e foi suspenso o processo devido à arguição de impedimento do Desembargador Relator pela Procuradoria do Estado.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Vossa Excelência tem a palavra pelo tempo regimentar.

---

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Não seria a hipótese de apreciarmos primeiro o impedimento, não?

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Nada obsta que Vossa Excelência aguarde o julgamento da questão prefacial, para, ao depois, então, nós concedermos a palavra, se for o caso, a Vossa Excelência.

---

**DOUTORA LUCIANA URQUIZA FERREIRA LIMA DE ARAÚJO – OAB/PE Nº 18987 (ADVOGADA DOS EMBARGANTES)**

Pode ser, Excelência. Pois não.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Mas, ela pode fazer referência à Questão de Ordem, não?

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Mas, já foi feita.

---

**DOUTOR HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA (PROCURADOR DO ESTADO)**

Presidente, uma Questão de Ordem na linha do que fala o Relator. Não foi feita nenhuma sustentação oral.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Mas, isso já foi dito, Doutor. Foi arguido o impedimento do Desembargador Leopoldo. O que se propõe aqui e agora, se o Senhor atenta para o detalhe, é que nós julgemos essa questão do impedimento. E, se superada essa questão, nós concederíamos a palavra para uma sustentação.

---

**DOUTOR HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA (PROCURADOR DO ESTADO)**

Em maio, o julgamento já começou com o Desembargador Leopoldo colocando a Questão de Ordem, sem que as partes pudessem fazer a sustentação, sequer, da Questão de Ordem. Então, na linha de raciocínio que o Desembargador acabou de falar, pediria também que fosse – não estou pedindo um tempo a mais do que os quinze minutos, não, e até menos, porque



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

essa questão é singela – incluído, sim, a possibilidade de poder fazer a defesa e a Questão de Ordem.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Tudo bem. Está certo. Muito embora o impedimento tenha sido suscitado pela própria Procuradoria, concedo a palavra à Doutora.

Vossa Excelência, então, usa do tempo regulamentar para fazer a sustentação oral no seu conjunto.

---

**DOUTORA LUCIANA URQUIZA FERREIRA LIMA DE ARAÚJO – OAB/PE Nº 18987 (ADVOGADA DOS EMBARGANTES)**

Os embargantes são professores concursados do Colégio da Polícia Militar do Estado que adquiriram o direito de receber os seus vencimentos de acordo com o percentual de 4% (quatro por cento) do soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado. Isso se deu devido à impetração do mandado de segurança nº 86120-5, devidamente transitado em julgado.

Toda a questão referente discutida no mandado de segurança foi a questão infraconstitucional. Vossa Excelência gostaria que eu restringisse só à questão preliminar?

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Concedi a palavra em razão da intervenção do Doutor Henrique para que Vossa Excelência faça a sustentação do seu conjunto. Então, a questão de impedimento, se Vossa Excelência quiser reforçar, reforça. E, ao depois, faz a sustentação no que diz respeito ao conteúdo meritório da questão posta sobre julgamento.

---

**DOUTORA LUCIANA URQUIZA FERREIRA LIMA DE ARAÚJO – OAB/PE Nº 18987 (ADVOGADA DOS EMBARGANTES)**

Certo. Então, somente quanto à questão preliminar, o Estado contra-arrazoou os embargos, mas somente levantou a Questão de Ordem numa petição, após inclusive o parecer do Ministério Público arguindo o impedimento do Desembargador Relator. Atentou, pois, com as previsões contidas nos seguintes artigos do Código de Processo Civil: o art. 138, IV, § 1º, do CPC, que dispõe que o impedimento deve ser arguido na primeira oportunidade que couber à parte interessada falar nos autos; ao art. 324 do CPC, que é claro ao dispor ser lícito a qualquer das partes haver o impedimento do juiz, desde que

546



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

o faça por meio de exceção; e ao art.305 do CPC que estabelece o prazo de 15 (quinze) dias para arguir impedimento, contado do fato que o ocasionou. Por tais razões, não deveria ser acolhida a preliminar de impedimento do juiz.

Não sei se Vossa Excelência gostaria que eu continuasse a sustentação.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Vossa Excelência fique à vontade.

---

**DOUTORA LUCIANA URQUIZA FERREIRA LIMA DE ARAÚJO – OAB/PE Nº 18987 (ADVOGADA DOS EMBARGANTES)**

Então, continuando.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Presidente.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Ela está fazendo a sustentação global, a defesa oral global. Quando concluir, passo a palavra para Vossa Excelência se pronunciar quanto à questão do impedimento.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Talvez, Senhor Presidente, fosse interessante primeiro analisar a Questão de Ordem. Se for indeferida, então, reabriria para a questão do mérito.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Eu cheguei, até, a deferir a pretensão de Vossa Excelência, mas interveio o Doutor Henrique pedindo do houvesse a sustentação, então, eu concedi a palavra para que não haja, depois, qualquer arguição de irregularidade no julgamento.

Pode prosseguir, Doutora.

---



547

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DOUTORA LUCIANA URQUIZA FERREIRA LIMA DE ARAÚJO – OAB/PE Nº 18987 (ADVOGADA DOS EMBARGANTES)**

Posso prosseguir? Então, os professores, eles adquiriram este direito, de acordo com a impetração do mandado de segurança. E, como eu estava dizendo, o mandado de segurança ateu-se tão somente à questão infraconstitucional. Todo critério de remuneração dos professores que disciplinaram a matéria foi discutida neste mandado de segurança, que seria a Lei nº 10.426/90, regulamentada pelo Decreto nº 14.820/91 e pela Portaria nº 372/91, bem como pela Lei Complementar nº 32, que alterou a forma de cálculo do vencimento destes professores.

Perto do dispêndio de 02 (dois) anos, o Estado ingressou com a ação rescisória, fundada nos artigos 485, II, V e IX do Código de Processo Civil. A maioria vencedora entendeu que a Lei nº 10.426/90 já nasceu inconstitucional, uma vez que ela vinculava os vencimentos ao soldo do posto de Coronel da PM. E a minoria entendeu que eles teriam esse direito assegurado até a edição da Lei Complementar nº 32. E essa questão foi inteiramente discutida nesse mandado de segurança, tão somente a legislação que disciplinava todo esse critério de remuneração dos professores.

Com a divergência, impetramos os presentes embargos infringentes em ação rescisória. A divergência estabelece tão somente a questão da legislação, se a lesão seria constitucional ou a lesão seria infraconstitucional, mas com o advento da Lei Complementar nº 32, com a devida vênia, não deveria prosperar a alegação da inconstitucionalidade da lei, uma vez que o rito específico para a declaração dessa inconstitucionalidade não foi obedecido. O Ministério Público sequer teve algum pronunciamento a respeito, como previsto no art. 136 do Regimento Interno desse egrégio Tribunal. E, mesmo que tivesse sido essa questão toda discutida, deveria ter sido aplicada a modelação dos efeitos, uma vez que essa lei já dispunha, já vigorava no Estado há 20 (vinte) anos.

Então, o Princípio da Segurança Jurídica, no caso específico, deveria, com a devida vênia, ter prevalecido sobre o Princípio da Supremacia da Constituição. De mais a mais, a tese vencida foi largamente discutida no mandado de segurança. E essa questão objeto da rescisória, segundo o STJ, ele entende que, necessariamente, tem que ser discutido no Acórdão rescindido, ela não pode vir a ser uma questão ulterior ao julgamento, senão ficaria um recurso com prazo de 02 (dois) anos de validade. E o próprio Tribunal de justiça vem entendendo que a desvinculação do soldo, ela se deu com a Lei Complementar nº 32, como foi decidido na Ementa da ação rescisória nº 190047-2/01, da relatoria do Desembargador Ricardo Paes Barreto, que assim estabeleceu a ementa:

**"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. GRATIFICAÇÃO DE MOTORISTA. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO,**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

*HIPÓTESE DO ART. 485 DO CPC. INOCORRÊNCIA DA AÇÃO. Com o advento da Lei Complementar Estadual nº 32, restou expressamente vedada a vinculação de qualquer vantagem remuneratória, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo."*

Então, por tudo exposto, com a devida vênia, reiteramos o pedido de procedência dos presentes embargos, prevalecendo o voto Desembargador Revisor. Gustavo Lima, no sentido da procedência parcial da provisória, entendendo estar assegurado o critério próprio de remuneração dos professores do Colégio da Polícia, de acordo com a Lei nº 10.426/90, regulamentada pelo Decreto nº 14.820/91, até a entrada em vigor da Lei Complementar nº 32, que desvinculou dos vencimentos ao soldo.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Muito obrigado, Doutora.

Então, há uma questão que diz respeito a pressuposto de Constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, que é o impedimento do eminente Desembargador Relator. Concedo a palavra a Vossa Excelência para iniciarmos o julgamento.

Vossa Excelência pretende fazer o uso da palavra, também?

---

**DOUTOR HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA (PROCURADOR DO ESTADO)**

A sustentação oral, Excelência, que não foi feita. E, tratarei dos dois temas, em breves palavras.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Sim. Mas, a Doutora não é Procuradora do Estado?

---

**DOUTOR HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA (PROCURADOR DO ESTADO)**

Ela é embargante.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Pois não. Está com a palavra.



548

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DOUTOR HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA (PROCURADOR DO ESTADO)

Agradeço, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente;  
Excelentíssimos Senhores Desembargadores;  
Excelentíssima Senhora Procuradora;  
Douta advogada;  
Senhores e Senhoras;

Trata-se de embargos infringentes em ação rescisória. Esta douta Corte Especial, em fevereiro de 2013, julgou por ampla maioria, procedente a ação rescisória ajuizada pelo Estado no sentido de desconstituir o mandado de segurança nº 86.120-5, julgado em 27.08.2002, em que foi Relator o saudoso Nelson Santiago. Doutor Nelson restou vencido juntamente com o voto vista, também vencido, do eminente Desembargador Bartolomeu Bueno. O Estado de Pernambuco promoveu ação rescisória, e esta douta Corte Especial julgou procedente com a mínima divergência. Divergência só de delimitação temporal, conforme ouvimos da sustentação oral dos embargantes.

Os embargantes, professores do Colégio Militar, conseguiram no mandado de segurança, e faço justiça à memória do Desembargador Nelson Santiago, contra o voto do Relator, vincular a remuneração deles ao posto de Coronel. Esta decisão foi desconstituída no julgamento da ação rescisória, unanimemente, não houve divergência de mérito. Tanto o Relator como o eminente Revisor, Doutor Gustavo Lima, reconheceram a inconstitucionalidade, não se podia vincular a remuneração dos professores ao posto de Coronel PM, em 4% (quatro por cento) do soldo do Coronel PM. E, também, unanimemente, não há direito adquirido ao servidor público.

A divergência, volto a dizer, foi tão somente de delimitação. Enquanto o Relator, Desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, reconhecendo o que o voto vencido do Doutor Nelson já reconhecia a inconstitucionalidade, desde 1988 – aliás, vai mais além, desde a ordem constitucional anterior da Constituição de 1969, de 1967, já vedava essa vinculação –, eminente Desembargador Revisor, considerando a incidência da Lei Complementar nº 32, de 2001, disse que não, só a partir da lei que repetiu, apenas repetiu, a vedação que já constava no texto constitucional.

Então, é essa a questão: essa inconstitucionalidade, reconhecida unanimemente por esta Corte Especial, vale a partir da edição da Constituição de 1988 ou vale, tão somente, no Estado de Pernambuco e para esses professores do Colégio Militar, só a partir de 2001, com a edição da Lei Complementar nº 32 que, de fato, desvinculou de qualquer soldo qualquer gratificação e remuneração?



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Sustenta o Estado de Pernambuco que essa vedação inconstitucional é desde a origem. Conseguiram, no entanto, os professores, baseado a sua remuneração em uma Portaria, que já tinha sido revogada 10 (dez) anos antes do concurso. Esse foi o problema. Porque este Tribunal, na época, há uns 20 (vinte) anos atrás, estava concedendo, como fazia para a estabilidade financeira, a lei Complementar nº 13, que não é a hipótese destes autos, o direito adquirido aos professores do Colégio Militar que, com base na Portaria nº 32, de 14.03.91, conseguiram essa vinculação. O Tribunal entendeu que existia direito adquirido e o Estado não poderia mais desvincular, porque foi editada, um ano depois, a Portaria nº 86, de 28 de janeiro de 1992.

Esses professores do mandado de segurança de Doutor Nelson, fizeram concurso 10 (dez) anos depois e entraram, em seguida, com o mandado de segurança dizendo que a remuneração deles não era aquela prevista no edital do concurso, da Lei nº 11.011, de 1993, era a da Portaria que já havia sido revogada. E, discutindo aqui, o eminente Desembargador Leopoldo Raposo abriu a divergência com o Doutor Nelson, com o Doutor Bartolomeu, e formou a maioria, dizendo que, de fato, o Tribunal tem concedido esse mandado de segurança, e, então, é o caso, e a gente concede também para eles. Não observando, e, por isso, a ação rescisória além de fundada em violação a literal dispositivo de lei, está fundada em erro de fato, que esse grupo era diferente dos outros porque eram recém empossados. De fato, não poderia ser reconhecido o direito adquirido. E essa Corte, unanimemente, no julgamento da ação rescisória, em fevereiro de 2013, não reconheceu mais esse direito adquirido.

Portanto, a questão posta, hoje, de mérito é: aquela vedação de se vincular a remuneração dos professores ao soldo de Coronel PM vale desde a origem, desde 1988, ou desde 1969, ou só com a entrada da Lei Complementar nº 32?

Com razão, digo convicto do que estou dizendo, o Relator que, formando a maioria, deste mesmo órgão da Corte Especial, disse que não, que a inconstitucionalidade é de origem é da Constituição de 1988.

Infelizmente, a parte entrou com embargos infringentes que foi distribuído ao autor do Acórdão rescindendo, o eminente Desembargador Leopoldo. Logo em seguida, a Procuradoria apresenta dizendo que sim, que o Desembargador está impedido porque o Regimento Interno desse Tribunal, mal tratado e muitas vezes mal amado, impede, e, com todas as letras: não poderá servir como Relator o juiz que tiver proferido a decisão recorrida ou rescindenda, art. 73, II. Daí o impedimento, daí a questão prévia que Vossas Excelências vão decidir.

Não se está aqui dizendo que, como o eminente Desembargador, e muitos de Vossas Excelências, participou do julgamento da ação rescisória, estão impedidos de serem o Relator, é a hipótese do art. 534 do Código de Processo Civil. Não. Esse impedimento é relativo. Poderá não ser Relator. Mas, o que se está arguindo é o impedimento absoluto, porque o Regimento assim diz "não



54g

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

poderá servir como Relator", art. 73, II, do Regimento Interno. E, esse egrégio Tribunal, na sua competência, que vem da Constituição Federal, art. 96, I, alínea "A", editou o Regimento Interno prevendo a hipótese, expressamente. Sabemos que o Regimento Interno é lei material, e o Supremo Tribunal Federal já disse que a natureza do Regimento Interno é lei material.

Não se pode, portanto, e, aí, data vênia, o parecer favorável que os embargantes conseguiram na Procuradoria de Justiça, delimitar esses efeitos da ação rescisória, com base na analogia com o art. 27 da Lei Federal nº 9868/99 porque não existe razão de segurança jurídica excepcional ou de interesse social. Ao contrário, o que existe é manifesta inconstitucionalidade.

Por essas breves palavras, o Estado de Pernambuco confia que essa douta Corte Especial vá manter a sua decisão de fevereiro de 2013, julgando os embargos infringentes negativos.

Diante do exposto, agradeço.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Eu que agradeço a Vossa Excelência.

Então, retorno a palavra ao Relator, agora.

---

**VOTO DO RELATOR – QUESTÃO DE ORDEM – ÀS FLS. 524/525 DOS AUTOS.**

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Vossa Excelência acolhe, portanto, a arguição de impedimento para propugnar pela redistribuição.

Ouçamos o Desembargador Revisor.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Presidente, confesso que fiquei chocado com o voto, com o devido respeito à posição do Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo. Chocado porque Sua Excelência perfeitamente poderia, se entendesse que estaria impedido, oficiar, monocraticamente, ter despachado, no silêncio do seu gabinete, e ter acatado aquela petição atravessada pelo Estado.

9



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Esse assunto chegou a ser ventilado e debatido na sessão, aqui, do dia 05 de maio, e parecia que estava tudo encaminhado. Cheguei, até, a cogitar de que tinha saído da pauta porque Sua Excelência não tinha o voto de mérito. Pronto. Estava tão convicto do impedimento porque não tinha voto de mérito, porque todas as manifestações foram unânimes naquela ocasião em reconhecer que impedimento não havia. Se alguém pegar a nota taquigráfica completa, se alguém tiver o que foi gravado, ninguém entenderá que haveria impedimento de Sua Excelência.

E, vamos, aqui, abreviadamente, só nesta Questão de Ordem, verificar os seguintes aspectos:

---

VOTO DO REVISOR – QUESTÃO DE ORDEM – ÀS FLS. 531/531v. DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

A turma está em dissidência. Enquanto o Desembargador Relator reconhece o seu próprio impedimento, o Desembargador Revisor entende que não há o impedimento levantado.

O que importa, apenas para dar uma contribuição à discussão que vai se iniciar agora, reter é que a regra contida no Inciso II, do art. 73 empresta força imperativa ao preceito quando diz que não poderá ser Relator quem tenha lavrado o Acórdão embargado. Esse é o primeiro ponto. O Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo não lavrou o Acórdão embargado, lavrou o Acórdão referente ao julgamento do mandado de segurança. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, o art. 534 do Código de Processo Civil diz que, caso a norma regimental determine a escolha de novo Relator, este recairá, se possível, em juiz que não haja participado do julgamento anterior. Então, vamos lá ver: a norma regimental estabelece que os embargos infringentes deverão contar com a participação de um novo Relator; mas, aí vem a segunda parte: o Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo participou do julgamento da ação rescisória? É outra questão.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)

Participei, Senhor Presidente.

---



550

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

E, aí, se participou do julgamento da ação rescisória, vem a norma contida no art. 534 e diz: se possível, o Relator será pessoa que não tenha participado do julgamento do Acórdão que é objeto da impugnação recursal contida nos embargos infringentes. Parece-me que essa é a discussão.

Está com a palavra, Desembargador.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Senhor Presidente, eu queria apenas esclarecer que, efetivamente, e Vossa Excelência retratou bem a questão, fui quem lavrou o Acórdão do mandado de segurança, mas participei do julgamento anterior, qual? O da ação rescisória. Razão pela qual o art. 534... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Desembargador Leopoldo, permite um aparte? Todos nós participamos do julgamento da rescisória.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Não. Nem todos.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Quase todos integrantes da Corte.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Nem todos. O Desembargador José Ivo não participou, o Desembargador Adalberto não participou.

---

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Isso são eventualidades. A competência originária é da Corte para julgar essa ação rescisória.

11



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

O fato é que o art. 534 do Código de Processo diz: recairá, se possível, em juiz que não haja participado do julgamento anterior.

---

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Mas, o Regimento Interno desprezou essa regra. Tanto que no Grupo de Câmaras nós julgamos embargos infringentes e ações rescisórias egressas das Câmaras e nós tomamos parte, só não funcionamos como Relator ou como Revisor.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Não sei qual que prevalece: o Código de Processo ou o Regimento.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

A questão não é prevalecer, me permita, a questão pode ser interpretada de forma harmônica. O Regimento Interno impede à relatoria dos embargos infringentes àquele que foi Relator do Acórdão embargado. Vossa Excelência não foi Relator do Acórdão embargado. Essa é uma hipótese.

Agora, há uma outra hipótese do Código de Processo Civil, que é Lei Federal, que diz: se possível, o Relator recairá em julgador que não haja participado do julgamento do Acórdão que está sendo embargado. São situações diferentes.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Mas, o art. 73, II, Senhor Presidente, diz também: juiz que tiver proferido a decisão recorrida ou rescindenda, ou dela participado. E eu participei.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Então, é possível que nós analisemos os dois dispositivos harmonicamente.

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO**

Indagaria do eminente Relator um detalhe, que é a leitura do art. 173, II, onde não há se confundir participar da decisão rescindenda com participar do julgamento da ação rescisória. São duas latitudes diferentes. Primeiro ponto,



551

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

participar da decisão rescindenda significa o objeto que dá origem à ação rescisória.

Então, é preciso Vossa Excelência verificar a dimensão do Inciso II. Quem participou da decisão rescindenda não significa dizer participar do julgamento da ação rescisória, por quê? Porque, para o art. 164, V, do Regimento, há um tratamento disciplinar no que diz respeito aos embargos infringentes. E o próprio art. 73, II, faz uma referência: salvo norma legal ou regimental em contrário.

O que há de prevalecer, no meu entender, é que: primeiro, Vossa Excelência estaria impedido, como Relator, em face de haver participado da decisão rescindenda e não do julgamento da rescisória. Do julgamento da rescisória quem está vedado a servir como Relator é o Relator do Acórdão da ação rescisória. Que, no caso, foi o Desembargador Luiz Carlos que fez o juízo de admissibilidade dos infringentes.

Então, em qualquer vertente, quer pela interpretação ampliada, expandida no inciso II, art. 73, quando diz respeito à participação da decisão rescindenda, não é a participação na ação rescisória. A decisão rescindenda é exatamente a premissa de base, é que dá origem à propositura da ação rescisória.

Então, indago de Vossa Excelência isso: Vossa Excelência, com a leitura do art. 164, V, não tendo sido quem lavrou o Acórdão da ação rescisória, não estaria impedido para ser Relator dos infringentes? Porque o tratamento que o Regimento da Casa dá diz respeito exatamente àquele recurso que está aqui em observação, art. 164, capítulo 9º, dos embargos infringentes.

Segundo ponto: o inciso II, do art. 73, mesmo afastando a exceção que diz: salvo norma legal ou regimental em contrário, só trata da decisão recorrida e da decisão rescindenda, se houver proferido a decisão rescindenda.

É isso que indago de Vossa Excelência.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Desembargador Jones, respondendo a Vossa Excelência, a dicção do art. 164, do Regimento Interno, não existia à época da distribuição desses embargos. E, da decisão anterior, a ação rescisória, do julgamento desta ação eu participei e lavrei o Acórdão do mandado de segurança, que foi reincidido pela ação rescisória.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Ainda em discussão.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Não havendo quem queira mais discutir, colho votos.

---

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Acompanho integralmente o voto do eminente Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo. O Desembargador Leopoldo foi Relator do mandado de segurança que deu origem a ação rescisória, não foi Relator da ação rescisória, embora tenha tomado parte do julgamento da ação rescisória. Isso é normal, isso é regular, isso vai acontecer normalmente, regularmente. Não há impedimento para o Desembargador Leopoldo raposo relatar os embargos infringentes.

Por isso, peço vênias ao eminente Desembargador Leopoldo para afastar o impedimento, acompanhando a divergência inaugurada pelo eminente Desembargador Luiz Carlos Figueirêdo.

---

**DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO**

Rejeito a Questão de Ordem, pedindo vênias ao Relator, acompanhando o Revisor.

---

**DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA**

Também, Senhor Presidente, rejeito a Questão, acompanhando a divergência.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

O Desembargador Alberto Virgínio está ausente justificadamente.

---

**DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA**

Da mesma forma, Presidente. Peço vênias ao Desembargador Relator, Leopoldo, e acompanho a manifestação do ilustre Desembargador Luiz Carlos Figueirêdo.

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS**

Senhor Presidente, pedindo vênias a quem entende diferente, acompanho o voto do Relator.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR MARCO MAGGI**

Também, Senhor Presidente, eu rejeito a Questão de Ordem.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

O Desembargador Fernando Ferreira está ausente justificadamente.

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES**

Presidente, a premissa maior decorre da autoria daquele que lavrou o Acórdão rescindendo. Absolutamente não foi o Desembargador Leopoldo. Logo, entendo que ele, sim, não está impedido e acompanho o eminente Revisor, Desembargador Luiz Carlos, rejeitando a Questão de Ordem.

---

**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**

Senhor Presidente, também acompanho a dissidência. O Desembargador Revisor foi preciso na sua análise. Inicialmente, estava certo do impedimento do Desembargador Leopoldo, mas ficou muito claro que ele não lavrou o Acórdão da ação rescisória que é objeto desse julgamento. De modo que eu peço vênias a Sua Excelência e acompanho a divergência. Ele pode, até, se dar por suspeito, mas não impedido.

---

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES**

Presidente, também peço vênias e acompanho a dissidência instalada pelo Desembargador Luiz Carlos Figueirêdo.

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO**

Com os fundamentos do voto do Revisor, rejeito a Questão de Ordem, pedindo vênias ao Relator.

---

**DECISÃO:**

"POR MAIORIA DE VOTOS, EM QUESTÃO DE ORDEM, DESACOLHEU-SE A ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO DO RELATOR, EXMO. DES. LEOPOLDO RAPOSO."

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

---

VOTO DO RELATOR – MÉRITO – ÀS FLS. 526/529 DOS AUTOS.

---

---

VOTO DO REVISOR – MÉRITO – ÀS FLS. 531v./533 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

A turma está em desacordo. Enquanto o Relator dá provimento aos embargos infringentes, o Revisor nega-lhe provimento.

Em discussão.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Senhor Presidente, porque as minhas perguntas se dirigem mais ao voto divergente do eminente Revisor, indagaria a Sua Excelência, pois ele comentou, por exemplo, que a Constituição já vinha sendo, Desembargador Luiz Carlos, aviltada pela impossibilidade do percebimento naqueles moldes dos professores, da circunstância, na época, dos autores, não é?

Muito bem, se a Constituição, assim de uma forma tão clara, sem necessidade de nenhuma exegese de nenhuma hermenêutica mais aprofundada, o que veio a fazer em relação a tal percebimento e àquele quantum que o Decreto veio a tratar? O que foi que essa Lei Complementar veio dizer se já estava limpidamente esclarecido na norma magna?

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)

Porque foi, eu não sei responder.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Estou satisfeito.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Continua em discussão.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO**

Esta Lei Estadual que, a despeito da Constituição, sobreviveu por obra, arte e engenho de silêncios, cumplicidades silenciosas, o art. 67, da Constituição de 1967, que vedava a vinculação da equiparação de vencimentos para a remuneração do pessoal do serviço público, já repetida na Constituição de 1988; esta Lei, que se quer dar reconhecer direito adquirido ou a vinculação ou a equiparação de qualquer espécie, está conforme a Constituição Federal, pelo Princípio da Soberania da Constituição, que é a compatibilidade vertical? Ou Vossa Excelência entende que não há inconstitucionalidade?

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

A Lei que Vossa Excelência se refere é a Lei ... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO**

Que os embargantes estão, aqui, a defender por força da votação minoritária na ação rescisória. Há um voto divergente que deu origem aos embargos infringentes. A indagação é simples: essa Lei, ela é constitucional ou é inconstitucional? Ela desafia o art. 67, da Carta de 1967, desafia a Constituição de 1988 ou não?

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Isso depende da interpretação que cada um dos eminentes pares faz.

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO**

Mas eu pergunto a Vossa Excelência: Vossa Excelência entende que é constitucional? E, porque seria constitucional?

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR)**

Vai depender, Senhor Presidente. Os ora embargantes recebiam a remuneração de acordo com determinada norma. A Lei Complementar nº 32 é que impossibilitou qualquer vinculação. Se essa vinculação não fosse possível, não haveria necessidade da edição da Lei Complementar proibindo ou não permitindo a vinculação; ou seja, a percepção das horas-aulas por parte dos ora embargantes com base na Lei nº 10.426/90 e no Decreto nº 14280/91.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

A questão que se discute nesses embargos diz respeito à modulação. Os ora embargantes ingressaram no serviço público, foram nomeados 03 (três) meses antes da Lei Complementar nº 32 que vedou a vinculação de qualquer espécie de vantagem pecuniária ao soldo dos militares. Resta saber, portanto, se é razoável considerar a inconstitucionalidade com efeito ex nunc ou ex tunc. Haverá de, caso a modulação seja feita com base em seus efeitos ex tunc, os embargantes haverão de restituir aos cofres públicos uma vantagem que tem natureza alimentar e de boa fé.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Só gostaria de registrar que no meu voto de mérito não há nada a restituir. Depois dos 90 (noventa) dias, eles não têm que restituir nada.

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO**

Li atentamente o Acórdão dos embargos infringentes, Desembargador Leopoldo, e confesso a Vossa Excelência que eu não alcancei essa possibilidade que Vossa Excelência, agora, cogita.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Pediria aos eminentes pares, porque eu tenho uma dificuldade danada, já normalmente, para compreender as coisas, diante das minhas limitações evidentes, e, com conversas paralelas, essa dificuldade se torna acrescida. Pediria, apenas, a compreensão para que não houvesse tanta conversa paralela porque isso prejudica quem está raciocinando em torno dessa matéria.

Me colocaria, aqui, na Presidência, a colocar uma questão só: o efeito devolutivo nos embargos infringentes está limitado à tese preconizada no voto vencido. O limite é esse. Não se pode julgar nada para além do que foi defendido no voto vencido, não é?

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO**

Por isso que indaguei porque não alcancei o efeito modulatório que Vossa Excelência, agora, professa, pela leitura do Acórdão embargado. Apenas me limitei a indagar de Vossa Excelência se Vossa Excelência entendia esta Lei Estadual, quer pelo art. 37 e incisos, da Constituição de 1988, quer pelo art. 67, da Constituição de 1966, constitucional. Foi apenas isso.



554

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Se Vossa Excelência entende constitucional, Vossa Excelência está provendo os infringentes. Mas, indaguei nesta dimensão. Não há efeito modulatório, pelo Acórdão não há efeito modulatório, nem haveria de ter.

---

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES**

Senhor Presidente, já houve o encerramento, é bem verdade, da parte de discussão; mas, ocorre que, com esse debate, eu já estava inclinado em uma posição para o meu voto, no entanto, com o esclarecimento prestado pelo Desembargador Leopoldo, Relator, ele diverge num aspecto bem fundamental do voto do Desembargador Luiz Carlos Figueirêdo. E, basicamente, diz respeito a esta questão da modulação> enquanto o eminente Relator afirma que o que eles pretendem é não devolver o que receberam por natureza alimentícia, o eminente Revisor afirma que a hipótese não é essa, eles buscam é receber, daquele período, a vinculação. Então, isso forma, na minha cabeça, posições diferentes.

Pediria que tanto o eminente Relator quanto o eminente Revisor, se pudessem, esclarecessem se a hipótese que ele pretende é não devolver ou, efetivamente, o que ele pretende é receber aquela vinculação. Porque tenho posições, para as duas hipóteses, diferentes.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Desembargador, deixaria Vossa Excelência, ainda, tranquilo porque nós ainda estamos na fase de discussão. A questão preliminar já foi superada e votada. Nós estamos, ainda, discutindo essa matéria.

O que eu gostaria, mesmo, de compreender é qual foi o objeto da devolutividade? O que foi que disse o Desembargador Gustavo Lima no voto vencido? E, aí, o Desembargador Leopoldo Raposo, que é o Relator, que vota pelo provimento dos embargos, está a navegar as águas do Desembargador Gustavo Lima. Então, gostaria de ver bem esclarecido esse ponto que é objeto da devolução recursal.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Ninguém melhor do que o próprio Desembargador Gustavo Lima para fazer o esclarecimento. Agora, foi, exatamente, este efeito modulatório dos 90 (noventa) dias.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA**

O voto, de uma forma bem resumida, é no sentido de dar procedência parcial à ação rescisória e entendendo estar assegurado aos professores o critério de remuneração, de acordo com o Lei nº 10.426, regulamentada pelo Decreto nº 14.280, até a entrada em vigor da Lei Complementar nº 32, de 2001.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Esse é o ponto. O que se devolve com os embargos infringentes é exata e precisamente isso.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Desembargador, quero deixar claro, para que não haja nenhuma dúvida, de que os efeitos financeiros decorrentes deste período, deste interregno apontado pelo Desembargador Gustavo Lima, eles já aconteceram e não vão poder retroagir para pedir devolução. Agora, dizer-se que algo inconstitucional era válido naquele período, não pode. Se é inconstitucional, é inconstitucional, ponto final. Agora, o que já receberam, receberam; pronto, ninguém vai tomar de volta. Agora, o que era inconstitucional, é inconstitucional. E, eu não posso modular dizendo que, até a vigência da lei, pode-se receber, e dizer isso expressamente, porque estarei dizendo que aquela lei mandou mais do que a Constituição.

---

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Presidente, e esse período que o Desembargador Gustavo Lima faz referência é um período de 90 (noventa) dias?

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

De 90 (noventa) dias.

---

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

O fundamento da ação rescisória proposta pelo Estado é que a vinculação é sabidamente inconstitucional porque a hora-aula dos réus da rescisória estava vinculada ao soldo dos Coronéis, a hora-aula correspondia a 4% (quatro por cento) do soldo dos Coronéis. É evidente que é inconstitucional a Lei que fixou a remuneração desses professores.



555

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Com a divergência entre o voto revisor, que reconhece a inconstitucionalidade a partir da edição da Constituição, sem modulação de efeitos, a divergência reside neste aspecto: o Desembargador Gustavo aguardou a adição de Lei local que, as expressas, revogou essa vinculação.

Então, os limites da divergência a que refere o Presidente, os limites objetivos são esses: 03 (três) meses.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Precisamente. Nada para além disso. Se bem entendi o Desembargador Relator considera constitucional e o Revisor considera inconstitucional.

---

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Estou absolutamente convencido da natureza alimentar da remuneração dos professores que o Estado, jamais, vai entrar com uma ação de repetição contra esses professores.

Então, é uma preocupação, Desembargador Fernando Martins, que eu não tenho. Me frustraria se o Estado movesse uma ação de repetição de indébito, porque nós estamos falando, aqui, de fatos que ocorreram em 1991. Inclusive, fatos que estão prescritos.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (REVISOR)**

Ainda que houvesse esse ano, estaria prescrito.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Ainda pretendem discutir mais algum assunto? Então, colherei votos.

---

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Cumprimento o eminente Desembargador Luiz Carlos Figueirêdo pela excelência do seu voto, cujas considerações adoto como razão de decidir. Peço vênia ao Relator, mas acompanho integralmente o voto do eminente Revisor.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO**

Também, Excelência, pedindo vênias ao Relator, acompanho o Revisor.

---

**DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA**

Acompanho o Relator, Senhor Presidente, mantendo a coerência com o voto já proferido.

---

**DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA**

Peço vênias ao eminente Relator, mas acompanho o voto do Revisor, Desembargador Luiz Carlos. Na medida em que está assegurado a não devolução das parcelas do pagamento de salário, de verba alimentar, e, efetivamente a Constituição proíbe a vinculação, de modo que a Lei Complementar nº 32 veio para resolver a questão, e, aquilo eu foi percebido na vigência da Lei nº 10.426, não será objeto de devolução, então, acompanho o Revisor.

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS**

Senhor Presidente, nesta esteira de entendimento, também como aqui já disse. Inclusive, o órgão ministerial, quando ele opinou, ele se fincou mais no viés da invalidade da via eleita, e, me parece que isso já foi superado. Foi uma questão preliminar. Então, eu acompanho o Relator, com os acréscimos dos eminentes pares que assim se posicionaram.

---

**DESEMBARGADOR MARCO MAGGI**

Pedindo vênias ao Relator, acompanho o Revisor, rejeitando os embargos.

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES**

Presidente, não concebo reconhecer um direito calcado em norma eminentemente constitucional. Se ela é constitucional, é constitucional. As consequências para dar alguma coisa ou retirar alguma coisa decorre desta inconstitucionalidade. Não posso modular um efeito com base em norma que eu considero inconstitucional.

De forma que peço vênias ao Desembargador Leopoldo e os que têm entendimento em sentido contrário, mas acompanho o voto do eminente



556

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Desembargador Luiz Carlos que, com quanto tenha feito a ressalva de que acha que o Estado não deve, mas ele não assegurou, no seu voto, que o direito a não restituição de eventual despesa recebida, com base em norma constitucional, esse direito ele não assegurou.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Vossa Excelência acompanha, então, o Desembargador Luiz Carlos?

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES**

Acompanho.

---

**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**

Com a divergência, Presidente.

---

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES**

Presidente, entendo que o que há na hipótese aqui, o que eles pretendem receber, os professores, é exatamente, por 03 (três) meses, essa vinculação que tinha amparo legal e que somente foi declarada inconstitucional a partir da lei, reconhecida essa inconstitucionalidade, a partir da Lei Complementar nº 32. Portanto, antes dela, embora fizesse uma vinculação, a lei estava plenamente vigente e dizia respeito a natureza alimentar, que determinava que houvesse essa vinculação.

Me modo que, agora percebi bem, o voto do eminente Relator é exatamente assegurando aos embargantes que sejam reconhecidos esses 03 (três) meses que tinham respaldo legal. É bem verdade que, logo então, 03 (três) meses após, veio uma lei e reconheceu essa inconstitucionalidade. Não tenha dúvida que tem base, sede e natureza constitucional, mas nunca houvera sido proclamada. A Constituição é a norma que traz princípios, e o princípio era aquele. Mas, no Estado de Pernambuco, tinha uma lei que autorizava o pagamento naqueles moldes.

Portanto, peço vênia ao bem lançado voto do eminente, Revisor, mas fico com o entendimento do Relator. Acompanho o Relator.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO**

Presidente, a questão que foi objeto da pretensão dos infringentes, segundo Relator, está apenas calcada em inibir a restituição de indébito ou pretende manter a vinculação sobre o pálio do que, à época, não havia a Lei Complementar que afastava essa vinculação. Porque me parece que os infringentes seriam natimortos, já que, a essa altura, ao fim e ao cabo de quase 20 (vinte) anos, não se poderia sequer o Estado buscar essa repetição de indébito.

O Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo colocou muito bem posta a questão, peço vênica e acompanhamento o Revisor para julgar improcedente os infringentes.

---

**DECISÃO:**

"NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS EMBARGOS INFRINGENTES, FICANDO O EXMO. DES. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO (REVISOR) DESIGNADO PARA LAVRAR O ACÓRDÃO RESPECTIVO. VENCIDOS OS EXMOS. DESEMBARGADORES LEOPOLDO RAPOSO (RELATOR), GUSTAVO LIMA, FERNANDO MARTINS (SUBST. O EXMO. DES. EURICO DE BARROS) E JOSÉ FERNANDES DE LEMOS. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS. DESEMBARGADORES ALBERTO VIRGÍNIO (SUBST. O EXMO. DES. AGENOR FERREIRA) E FERNANDO FERREIRA".

---